



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos

Tiago Alves Teixeira

**AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E O DIREITO HUMANO À
EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Diamantina
2024

Tiago Alves Teixeira

**AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E O DIREITO HUMANO À
EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador(a): Me. Pollyanna Aparecida Dias

**Diamantina
2024**

Ficha Catalográfica

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

T266a Teixeira, Tiago Alves
2025 AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E O DIREITO HUMANO
À EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR [manuscrito] / Tiago Alves
Teixeira. -- Diamantina, 2025.
34 p.

Orientador: Prof. Pollyanna Aparecida Dias.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, Diamantina, 2024.

1. educação superior. 2. serviços de saúde para estudantes. 3. política de educação superior. 4. ; permanência estudantil. 5. universidade. I. Dias, Pollyanna Aparecida. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886 e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TIAGO ALVES TEIXEIRA

**AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E O DIREITO HUMANO À
EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção título de Especialista em Educação em
Direitos Humanos, na Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientadora: Me. Pollyanna Aparecida Dias

Data de aprovação: 26/11/2024

Me. Pollyanna Aparecida Dias

Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos - UFVJM - Orientadora

Me. Ana Carolina Souza Silva

Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos - UFVJM

Dra. Natalia Tenuta Kuchenbecker do Amaral
Departamento de Nutrição - UFVJM

Diamantina



Documento assinado eletronicamente por **Pollyanna Aparecida Dias, Servidor (a)**, em 27/11/2024, às 07:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Souza Silva, Servidor (a)**, em 27/11/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1608792** e o código CRC **20CEBFE1**.

Referência: Processo nº 23086.043455/2024-06

SEI nº 1608792

Aos meus pais, Jose e Nilce.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado até aqui. Aos meus familiares pelo apoio e compreensão de minha ausência durante os momentos de estudo. Em especial ao meus pais, Jose e Nilce, pelo apoio e incentivo em minha trajetória acadêmica e profissional. Aos meus irmãos, Pedro e Adriana, pela ajuda, parceria e incentivo na construção deste trabalho. Aos meus avós, Etelvino e Etelvina, pela inspiração, mesmo não estando mais presentes aqui, as nossas memórias sempre me acompanham e me inspiram a querer fazer sempre o correto e o justo. Agradeço a Mariana pela companhia, aprendizado e trocas, sem você não seria possível chegar até aqui. Por fim, meus sinceros agradecimentos à minha tutora e orientadora Pollyanna Aparecida Dias pelas contribuições e aprendizado no decorrer da especialização e em sua conclusão.

O ingresso na universidade pública é ao mesmo tempo uma conquista sonhada e, também, um caminho tortuoso e desafiante. Algo se ganha, mas algumas perdas são necessárias. A idealização do “curso perfeito”, sem furos, sem dificuldades, a identificação “completa” com todas as matérias, entre outras expectativas. Sabemos que isso é da ordem do impossível. O êxito da aprovação que, em princípio, é um grande alívio, não é, em verdade, a linha de chegada como antes parecia, mas o ponto de partida para uma nova largada [...] (Sobral, 2024, p. 294).

RESUMO

A educação superior ganhou destaque no Brasil devido à sua significativa expansão nas últimas décadas. Esse crescimento aumentou o acesso aos cursos de graduação, evidenciando a necessidade de investigar como as instituições de ensino superior garantem a permanência estudantil e oferecem uma educação de qualidade. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os indivíduos têm direito à educação, o que torna essencial examinar como esse direito está sendo assegurado na educação superior brasileira. Este estudo tem como objetivo identificar os principais programas e ações voltados à permanência estudantil no ensino superior público. Como metodologia foi utilizado a revisão bibliográfica, por meio de pesquisa de artigos científicos utilizando-se a base de dados *Scielo* com os descritores “permanência estudantil” and “ensino superior”; desse levantamento foram selecionados 12 artigos. Os resultados e discussão foram agrupados em três categorias: 1) principais programas e ações voltadas à permanência estudantil no ensino superior público; 2) impacto da política de permanência estudantil sobre a condição financeira dos estudantes e 3) formas de ingresso nas políticas de assistência e sua eficácia para a permanência estudantil. A partir dos resultados encontrados, evidenciou-se relevantes ações e programas de permanência estudantil para continuidade dos estudantes nos cursos de graduação, bem como para a conclusão do curso no tempo esperado, tais como auxílios financeiros, transporte, moradia, material acadêmico, alimentação, creche, apoio pedagógico e psicológico. Desse modo, entende-se que políticas de permanência estudantil são essenciais para que os estudantes pertencentes a segmentos populacionais historicamente excluídos do ensino superior possam se manter nas universidades e realizar com êxito o desenvolvimento e a conclusão dos cursos de graduação. Ademais, conclui-se que tais ações e programas possibilitam a superação das vulnerabilidades socioeconômicas, na medida em que o auxílio financeiro consegue atender, ainda que de forma incipiente, as condições básicas de sobrevivência para continuidade no curso bem como contribuir para a formação acadêmica de qualidade.

Palavras-chave: educação superior; serviços de saúde para estudantes; política de educação superior; permanência estudantil; universidade.

ABSTRACT

Higher education has gained prominence in Brazil due to its significant expansion in recent decades. This growth has increased access to undergraduate courses, highlighting the need to investigate how higher education institutions guarantee student retention and offer quality education. According to the Universal Declaration of Human Rights, all individuals have the right to education, which makes it essential to examine how this right is being ensured in Brazilian higher education. This study aims to identify the main programs and actions aimed at student retention in public higher education. The methodology used was a bibliographic review, through research of scientific articles using the Scielo database with the descriptors “student retention” and “higher education”; from this survey, 12 articles were selected. The results and discussion were grouped into three categories: 1) main programs and actions aimed at student retention in public higher education; 2) impact of student retention policy on students' financial condition; and 3) forms of access to assistance policies and their effectiveness for student retention. Based on the results found, relevant actions and programs for student retention were highlighted, so that students can continue in undergraduate courses, as well as complete the course within the expected time, such as financial aid, transportation, housing, academic material, food, daycare, and pedagogical and psychological support. Thus, it is understood that student retention policies are essential for students belonging to population segments historically excluded from higher education to remain in universities and successfully develop and complete their undergraduate courses. Furthermore, it is concluded that such actions and programs make it possible to overcome socioeconomic vulnerabilities, to the extent that financial aid can meet, albeit incipiently, the basic conditions for survival to continue in the course, as well as contribute to quality academic training.

Keywords: higher education; student health services; higher education policy; student retention; university.

LISTA DE SIGLAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEORICO.....	12
3 OBJETIVOS.....	16
3.1 Objetivo Geral.....	16
3.2 Objetivos Específicos.....	16
4 METODOLOGIA.....	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5.1 Principais programas e ações voltadas à permanência estudantil no ensino superior.....	18
5.2 Impacto da política de permanência estudantil sobre a condição financeira dos estudantes.....	23
5.3 Formas de ingresso nas políticas de assistência estudantil e seu efeito para a permanência na universidade.....	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos todas as pessoas têm direito à educação. Ademais, a premissa 2ª do referido artigo apresenta: “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais [...]” (DUDH, 1948). Nesse mesmo sentido, a Constituição Federal do Brasil em seu artigo 205 prevê que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). A partir desses documentos é importante discutir como está sendo efetivado o direito humano à educação no ensino superior no Brasil e apresentar o contexto atual de acesso aos cursos de graduação.

No ano de 2022 o Brasil possuía 2.595 instituições de Ensino Superior de acordo com o último Censo da Educação do Ensino Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse número é composto por 115 universidades públicas, 90 universidades privadas, 11 centros universitários públicos, 371 centros universitários privados, 146 faculdades públicas, 1.822 faculdades privadas e 41 instituições públicas entre Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) (INEP, 2023). Deste cenário, constata-se que 88% das Instituições de Ensino Superior são privadas e concentram 78% no total de matrículas de graduação, enquanto a rede pública conta com 22% das matrículas, no referido ano (INEP, 2023).

Quanto ao número de matrículas em cursos de nível superior, percebe-se significativo aumento na última década, sendo que no ano de 2012 havia 7.058.084 matrículas em curso de graduação no Brasil, enquanto em 2022 havia 9.443.597 matrículas, o que indica um aumento de 33,8% no período em questão. Houve uma média de crescimento anual do número de matrículas de 3% ao ano. No ano de 2022 foram ofertados 44.951 cursos de graduação e nove cursos sequenciais (INEP, 2023).

Segundo Carneiro e Bridi (2020), a partir dos anos 2000 houve significativa implementação de políticas públicas com o objetivo de expandir a oferta do acesso ao curso superior. Nesse sentido, houve ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), fortalecimento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), implementação do Programa

Universidade para Todos (PROUNI), criação do Sistema de Seleção Unificado (SISU), criação do Programa de Cotas em instituições federais, instituído pela Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, entre outras políticas voltadas para expansão do acesso a esse nível de ensino.

Diante do aumento no acesso ao ensino superior, faz-se necessário pensar em que ações as instituições de ensino superior estão realizando para garantir a permanência desse público e garantir uma formação qualificada (Carneiro; Bridi, 2020). Outra questão que decorre desse aumento é a migração de estudantes entre estados e cidades para cursar o ensino superior, o que é um fenômeno recente na história brasileira. Essa mudança decorre, principalmente, de acordo com Silva, Pessanha e Costa (2018) do ENEM e do SISU. Antes desses programas, a seleção ocorria por meio de um vestibular no qual a concorrência estava localizada numa dada região. Com esses novos programas a concorrência passou a ocorrer nacionalmente, os estudantes poderiam concorrer a vagas de localidades distintas da que residia e isso possibilitou com que houvesse a migração entre os estados da federação (Silva, 2019; Li, 2016).

Ademais, de acordo com Carmo e colaboradores (2014), a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi um marco importante no aumento da oferta de vagas em instituições federais de ensino superior, uma vez que essa ação do governo federal visava ampliar o acesso e garantir a permanência dos estudantes no ensino superior. Isso acontecia por meio da expansão acadêmica, pedagógica e expansão física das Instituições federais, o que possibilitava a interiorização do ensino superior das universidades federais, bem como aumento do número de vagas, combate à evasão e aumento dos cursos no período noturno.

Conforme Santos (2021), há poucas pesquisas sobre os efeitos do processo de migração em estudantes que migram dentro do país para acessar o curso superior. A autora ressalta que a questão financeira aparece como uma grande preocupação quando os estudantes em migração estudantil são de classes com menor poder aquisitivo. Ademais, cabe considerar que o ingresso no Ensino Superior é marcado por expectativas e novas exigências que podem constituir um fator de preocupação na vida dos estudantes (Almeida; Soares, 2003). Assim, há a necessidade de políticas e ações voltadas à assistência estudantil, sobretudo direcionadas à permanência dos estudantes. Nesse sentido, Imperatori (2017) aponta que há pouca literatura produzida sobre a temática da assistência estudantil. Assim, constitui campo de investigação importante discutir de que maneira ocorre a permanência estudantil dos acadêmicos em universidades públicas. Isto é, faz-se necessário questionar: quais são as ações que estão sendo desenvolvidas pelas instituições de ensino superior para garantir a permanência desse público e permitir uma formação qualificada?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino superior ganhou lugar de destaque no cenário nacional devido a sua expansão nas últimas décadas. Essa relevância ocorreu a partir do acesso de estudantes pertencentes a camadas menos favorecidas economicamente da sociedade e as políticas públicas voltadas para o acesso e permanência, algo inédito no contexto brasileiro (Silva; Pessanha; Costa, 2018). Os autores destacam que, embora o acesso ao ensino superior tenha sido ampliado nos últimos anos, ainda se está longe da universalização do acesso ao ensino superior, como propõe o Plano Nacional de Educação (PNE) em sua meta 12:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (Brasil, 2014, s/n).

A partir dos dados levantados no último Censo (INEP, 2023), verifica-se que o Brasil possui 9.443.597 pessoas matriculadas e, para atingir a taxa bruta de matrícula de 50% estipulado pelo PNE, seria necessário, de acordo com Carvalho (2018), que no ano de 2024 o número alcançasse o valor de 11.699.810 matrículas na educação superior. Carvalho e Oliveira (2022) apontam que o cumprimento dessa meta impõe um grande desafio e que o país deve encerrar o atual PNE sem atingir a meta estabelecida.

Ainda de acordo com Carvalho e Oliveira (2022), a Emenda Constitucional nº 95 (Brasil, 2016) aprovada pelo Congresso Nacional no governo de Michel Temer enfraqueceu o alcance das metas da PNE, bem como poderá inviabilizar os futuros Planos Nacionais de Educação, uma vez que essa medida congelou os gastos públicos nas despesas primárias até o ano de 2036.

Embora tenha havido o aumento do acesso ao ensino superior nas últimas décadas, esse crescimento aconteceu com maior relevância no setor privado por meio de políticas de caráter mercantilista. A Lei 10.260/2001 que criou o FIES exemplifica bem esse aspecto mercantilista da expansão de cursos de graduação no país. Por sua vez, o setor público pouco acompanhou essa expansão da oferta de vagas em cursos superiores. Esse aspecto compõem um cenário de desigualdades que dificulta o acesso equitativo das classes populares (Silva; Pessanha; Costa, 2018).

Zago (2006) observa que seria um equívoco considerar o simples acesso ao ensino superior como “sucesso escolar”. O autor questiona o que seria sucesso escolar e aponta que além de pensar no acesso a esse nível de ensino, deve-se pensar, também, nas formas de inserção, permanência e mesmo na escolha do curso, uma vez que muitos estudantes advindos de escolas públicas fazem a escolha por curso menos concorridos e que avaliam ser mais fáceis de ingressar. Ademais, o autor aponta as dificuldades vivenciadas pelos estudantes de escola pública em relação às novas exigências do ensino superior, que muitas vezes contrasta a formação pouco aprofundada dos conteúdos transmitidos no ensino público. Essa situação coloca os alunos novamente numa situação de desigualdade, se antes havia uma desigualdade histórica que quase inviabilizava o acesso ao ensino superior, agora há dentro da graduação uma desigualdade quando comparado a alunos provenientes de escolas particulares que tiveram uma formação mais aprofundada, além de possuírem maior capital econômico e simbólico.

Em consonância com Zago (2006), o trabalho de Silva, Pessanha e Costa (2018) aponta que o processo de seleção não acontece apenas no vestibular, mas durante toda a vida universitária. Isso ocorre devido à diferença entre a educação ofertada para as classes populares e aquela ofertada para classes de maior poder aquisitivo. Esse aspecto repercute no modo como os estudantes de classes populares vão vivenciar cada dificuldade que encontrarão na vida acadêmica. Daí a importância de políticas públicas educacionais voltadas à permanência estudantil.

Nesse sentido, Zago (2006) também chama a atenção para a dificuldade vivida por estudantes de famílias de baixa renda que migram de estados e cidades para cursar o ensino superior e tem de contar com uma pequena ajuda financeira das famílias para sobreviverem. Nesse contexto, o autor aponta para a incerteza vivenciada por esses estudantes conseguirem manter-se na universidade e concluir o curso superior. Uma alternativa encontrada por esses jovens é buscar renda com um trabalho e conciliar com os estudos, o que gera uma sobrecarga a mais além das exigências típicas da universidade. Disso, resulta o cenário de precariedade quanto a situação do estudante.

Assim, decorrente das políticas que possibilitam essa migração outra questão se apresenta: a permanência no ensino superior em uma nova localidade. Desse modo, faz-se necessário, de acordo com Ladeira e colaboradores (2019), que o poder público lance mão de estratégias de permanência desses novos estudantes, tendo em vista os desafios e dificuldades que se impõem na nova localidade e o risco de evasão em consequência desse cenário.

Nesse sentido, os autores citam o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES) como programas voltadas para permanência de estudantes que migravam de local para cursar o ensino superior. E apontam que os programas de permanência estudantil são de extrema importância para aqueles estudantes que migram de estados ou cidades para cursar o ensino superior e contribuem para permanência e conclusão do curso.

Nesse cenário, o PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010), cumpre um importante papel na busca por ampliar as condições de permanência estudantil na educação superior pública federal. Denota-se que as ações de assistência estudantil do programa abarcam uma série de áreas, sendo elas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010, s/n).

De acordo com Ferraz e Pereira (2002), a entrada na universidade constitui, muitas vezes, o primeiro momento em que o estudante deixa sua casa e sua família. A vivência da saudade de casa não acontece sem consequências que, em muitos casos, são vivenciadas como sofrimento psíquico. Os estudantes ingressam com expectativas que dão lugar à frustração ao encontrar a realidade do ensino superior. Santos (2021) menciona que saudade de casa, dificuldade na adaptação ao novo local, mudança de rotina e dificuldade para se organizar são citadas como provocadores de sofrimento emocional entre universitários.

Nesse sentido, Andrade e colaboradores (2016) encontraram em seu estudo uma relação entre mudança de cidade, situação de fragilidade econômica e risco de ruptura de vínculos, como fatores que favorecem o sofrimento entre os acadêmicos. Identificou entre os estudantes de psicologia os fatores, carga excessiva de atividade e exigência emocional nos últimos estágios do curso, como preditores para que acadêmicos vivenciem sofrimento psíquico. Ainda no referido estudo, evidenciou-se o predomínio de sintomas psicossomáticos, relacionados a condições de privação do sono, angústia e estresse. Há de se atentar também para o número de evasão no final do primeiro ano universitário, sendo observado na pesquisa de Andrade e colaboradores (2016) uma taxa entre 10% a 20% de evasão no final desse período. Outro dado importante é que, dos 119 respondentes da referida pesquisa, 107 já apresentaram alguma ocorrência de sofrimento psíquico.

Dado esse cenário, a PNAES cumpre papel importante na assistência estudantil ofertada aos estudantes em instituições públicas federais de ensino. De acordo o artigo 2º do PNAES, são objetivos do programa:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010, s/n).

Assim, destaca-se que as ações desenvolvidas pelo programa têm como objetivo garantir as condições de permanência aos estudantes, de modo a minimizar as desigualdades presentes historicamente no acesso ao ensino superior, bem como intervir na evasão e retenção e promover a inclusão social pela via educacional (Cunha; Oliveira; Fernandes, 2023).

Kohls-Santos (2022) argumenta que, embora tenha aumentado o número de trabalhos sobre a temática da permanência estudantil no Brasil nos últimos anos, estes ainda são insuficientes para compreender a temática de forma mais aprofundada e propor possibilidades de qualificação da assistência ofertada.

3 OBJETIVOS

3.1 *Objetivo geral*

Identificar os principais programas e ações voltados para a permanência estudantil no ensino superior público.

3.2 *Objetivos específicos*

- Identificar como os programas e ações voltados para a permanência estudantil no ensino superior estão atendendo às demandas dos universitários em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Identificar o efeito da política de permanência estudantil na segurança financeira de estudantes de baixa renda e sua relação com a redução de evasão por dificuldades financeiras;
- Compreender as formas de ingresso nas políticas de assistência estudantil e o efeito dessas políticas para a permanência dos estudantes nas universidades.

4 METODOLOGIA

A fim de explorar o tema proposto sobre as políticas de permanência estudantil e o direito humano à educação, esta pesquisa utilizou-se de revisão bibliográfica exploratória. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa visa se aproximar de determinado problema, tornando-o mais familiar e, assim, aprimorando ideias e conhecimento a respeito do objeto de estudo. A pesquisa de revisão bibliográfica ocorre a partir de material já elaborado e disponível, como artigos e livros, a fim de que se possa acessar o material produzido sobre o tema pesquisado.

Assim, foi realizada busca na base de dado *Scielo (Scientific Eletronic Library Online)*, no dia 13 de outubro de 2024, com os descritores “permanência estudantil” and “ensino superior”. Foi usado filtro de texto em idioma português, texto disponível na integralidade e que trata de políticas de permanência estudantil desenvolvidas em território brasileiro e em universidades públicas e com recorte temporal de 2010 a 2024. Este recorte se justifica porque foi a partir de 2010 que iniciou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Em seguida, foram lidos o título e o resumo de todos os textos que apareceram como resultados e foi selecionado os que mencionaram o tema da permanência estudantil dentro do território nacional para compor os resultados deste trabalho. Como critério de inclusão, foram usados: texto em idioma português; texto publicado no formato de artigo; texto sobre o tema de pesquisa; texto disponível na integralidade. Já como critérios de exclusão, foram usados: textos que tratem de temas diversos ao pesquisado; textos indisponíveis ou em língua estrangeira. Foram encontrados 21 artigos inicialmente. Após leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 15 textos. Destes, depois de realizada a leitura integral dos textos, chegou-se ao número de 12 artigos para compor os resultados deste trabalho.

Os textos selecionados são compostos por pesquisas que envolveram coleta de dados direta com os estudantes, com a instituição, pesquisa documental, revisão de literatura e algumas combinações dessas metodologias. Os resultados e discussão do presente estudo foram agrupados em três categorias: principais programas e ações voltadas à permanência estudantil no ensino superior; impacto da política de permanência estudantil sobre a condição financeira dos estudantes; e formas de ingresso nas políticas de assistência estudantil e seu efeito para a permanência na universidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Principais programas e ações voltadas à permanência estudantil no ensino superior.

O tema da permanência estudantil tem ganhado espaço nos programas e ações das universidades públicas. Observa-se que muitas universidades criaram programas voltados para este fim, conforme exemplificado na tabela abaixo.

Tabela 1 - principais programas voltados à permanência estudantil			
Programa	Ano de criação	Instituição	Autores
Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (Prip)	2022	Universidade de São Paulo (USP)	Almeida e colaboradores (2024)
Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)	2014	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Silva, Santos e Reis (2021)
Próreitoria Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE)	2007	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)*	Silva, Santos e Reis (2021)
Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE)	2016	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Silva, Santos e Reis (2021)
Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROAE	2022	Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	Santos e Freire (2022)
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae)	Não informado	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Abreu e Ximenes (2021)
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proae)	Não informado	Universidade Regional do Cariri (Urca)	Abreu e Ximenes (2021)
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE)	Não informado	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Scher e Oliveira (2020)

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Não informado	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Cespedes e colaboradores (2021)
Programa de Auxílio Para Estudantes (Pape)	Não informado	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Cespedes e colaboradores (2021)

Fonte: elaborada pelo autor (2024).

A expansão desses serviços é motivada pelo PNAES. Nesse sentido, de acordo com Araújo e colaboradores (2019), o objetivo do PNAES é ampliar as condições de permanência dos estudantes no ensino superior público federal. Essa ampliação acontece por meio da democratização das condições de permanência, da diminuição das desigualdades relacionadas à permanência e conclusão da educação superior, da redução da evasão e retenção e da promoção de inclusão social via educação.

Almeida e colaboradores (2024) discutem o histórico das ações de assistência estudantil na USP, que partem de políticas e ações dispersas para a institucionalização da assistência e da permanência estudantil que passam a ser instrumentos de produção da formação de excelência. Os autores citam a moradia estudantil e bolsas de auxílio moradia como exemplo de ações presentes na universidade.

Dessa maneira, Silva, Santos e Reis (2021) destacam que a PRAE da UFMG é responsável pelas políticas de permanência estudantil na universidade, constituída por três eixos de atuação: ações afirmativas, assistência estudantil e apoio a projetos de estudantes. E são desenvolvidos os seguintes programas: Programa Meu Lugar (auxílios financeiros para manutenção, transporte, moradia, material acadêmico, aquisição de óculos, estudantes com filhos, inclusão digital), Assistência à Saúde, Moradia Universitária, Transporte Universitário e Programa Alimentação. Já na UFOP, a Pró-reitoria de assistência estudantil conta com três coordenações: de Assistência Estudantil; de Saúde; e de Restaurantes Universitários (Silva; Santos; Reis, 2021)

Já a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFU atua nas dez áreas do PNAES. Essa atuação acontece por meio de benefícios diretos e indiretos nas seguintes áreas: moradia, alimentação, acessibilidade, esporte e lazer, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, creche, apoio pedagógico, combate às discriminações de gênero, de diversidade sexual e étnico-raciais aos (às) estudantes de graduação. Ademais, a universidade também conta com o Programa Milton Santos aos (às) estudantes estrangeiros(as) (Promisaes); o Programa de

Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), aos(às) estudantes PCD (Pessoas com Deficiência); e o Programa de Bolsas de Permanência, aos(às) estudantes indígenas e quilombolas (Silva; Santos; Reis, 2021).

De acordo com Santos e Freire (2022), a UFOB conta com quatro serviços que compõem a política de assistência estudantil: o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e os serviços de natureza social, pedagógica, psicológica, ambulatorial e nutricional. Esses serviços objetivam a diminuição da evasão e retenção dos discentes. Os autores destacam que os serviços de psicologia são os serviços com maior demanda por parte dos discentes.

Abreu e Ximenes (2021) apontam que na UFC existem nove ações voltadas a permanência dos estudantes. São elas: Bolsa de Iniciação Acadêmica, Programas de Auxílio Moradia e de Residência Universitária, Programa Auxílio Emergencial, Auxílio Creche, Programa de Incentivo ao Desporto, Assistência Médica/Odontológica, Programa de Apoio Pedagógico e/ou Psicológico ao Estudante e Programa Restaurante Universitário.

Já na Universidade Regional do Cariri (Urca), via Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), é desenvolvido as seguintes ações voltadas à permanência: Residência Universitária, Bolsas de Estágio Extracurricular, Núcleo Interdisciplinar de Apoio Psicopedagógico, Restaurante Universitário, Bolsa Assistência Estudantil e custeio para participação em eventos (Abreu; Ximenes, 2021).

No trabalho de Araújo e colaboradores (2019) foi possível identificar oito auxílio pecuniários ofertados pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE): Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Discente Pai/Mãe, Auxílio Óculos, Auxílio Formação, Auxílio Acadêmico, Auxílio Visitas e Viagens Técnicas e Auxílio Pré-Embarque internacional.

Scher e Oliveira (2020) destacam que a universidade UFFS desenvolve o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para Estudantes Haitianos (PROHAITI) e o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN).

De acordo com Scher e Oliveira (2020), a UFFS também conta com uma Pró-Reitoria voltada a assistência estudantil que desenvolve ações voltadas a permanência dos estudantes a fim de que haja igualdade de condições para os universitários concluírem seus cursos de graduação. Conforme o Regimento Geral, compete a Pró-Reitoria o planejamento da assistência ao acadêmico em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a gestão dos programas de auxílios financeiros e a supervisão dos serviços de alimentação e nutrição disponíveis aos estudantes nos Restaurantes Universitários.

Nesse sentido, Silva, Santos e Reis (2021) destacam que a UFOP criou sua Pró-reitoria Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) visando possibilitar condições de

acesso e permanência aos acadêmicos, técnicos administrativos e professores da universidade, com o objetivo de garantir bem-estar psicossocial para toda a comunidade universitária. Vargas (2011) aponta em sua pesquisa que os programas disponíveis na UFMG estão organizados em quatro áreas: alimentação, moradia e serviços sociais, assistência à saúde e socioeducacionais. Para acessar os benefícios, os discentes devem acessar o site da instituição e preencher um questionário eletrônico, onde fornecem informações sobre sua trajetória na educação básica e sua situação socioeconômica.

Segundo Scher e Oliveira (2020), as principais ações desenvolvidas pelo setor de Assuntos estudantis da universidade UFFS são: gestão do programa de auxílios socioeconômicos; acolhimento e orientação aos estudantes; processos de análise socioeconômica; acompanhamento e orientação aos discentes com demandas de apoio. A equipe da instituição é composta por Pedagoga, Assistente Social, Técnico em Assuntos Educacionais e Assistente em Administração.

Sobre a composição da equipe de assistência estudantil, Alves e Brito (2021) apontam que a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) oferecia atendimentos para todos os discentes com equipe multidisciplinar composta por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. Ademais, a universidade também conta com apoio pedagógico e creche para os filhos dos discentes.

Araújo e colaboradores (2019) destacam que os auxílios podem ser universais ou específicos. São universais quando direcionados a todos os estudantes e específicos quando são direcionados a grupos específicos entre os estudantes, como no caso dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que recebem auxílio financeiro. Já um exemplo de auxílio universal seria o auxílio a visitas ou viagens técnicas, que é destinado a quaisquer estudantes que faça uma atividade desse tipo.

Entre os diversos desafios encontrados pelos estudantes na adaptação acadêmica e permanência no ensino superior estão presentes a mudança de cidade, novo nível de ensino e da migração do modo de vida da zona rural para o modo de vida urbano, por exemplo. Além desses, compõe aspectos socioculturais da dimensão subjetiva que influenciam a permanência na universidade: a integração social e a qualidade das relações entre os membros da instituição, impactando a sensação de pertencimento e inclusão dos estudantes no ambiente acadêmico (Abreu; Ximenes, 2021; Alves; Brito, 2021).

De acordo com o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, os objetivos do PNAES devem ultrapassar a esfera econômica, segundo mencionado no artigo 3º, que estabelece que essas iniciativas precisam ser integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão (Brasil,

2010). Além disso, é importante considerar a interdependência entre as diferentes áreas de atuação do PNAES, uma vez que elas apresentam necessidades que requerem atenção simultânea. Por exemplo, ao abordar questões relacionadas à moradia, é essencial também considerar a necessidade de alimentação (Soares; Amaral, 2022).

Além disso, Soares e Amaral (2022) mencionam que embora o PNAES seja um programa nacional, cada instituição de ensino federal tem autonomia para usar os recursos de acordo com necessidades locais, considerando o previsto no decreto. Essa flexibilidade proporcionar maior eficiência, de acordo com Imperatori (2017), uma vez que considera as particularidades locais.

De acordo com Scher e Oliveira (2020), a assistência estudantil surge com objetivo de controlar as altas taxas de evasão e incidir na retenção universitária. Esses dois fatores são dificultadores para a democratização do acesso à universidade e impedem a eficiência do gasto público, na medida que aumentam os gastos do Estado e barram a liberação de vagas para outros estudantes. Assim, de acordo com Santos e Freire (2022), o direito à educação, especialmente à educação superior, está ligado a diversas questões sociais e de cidadania. Os autores salientam que as políticas públicas de assistência estudantil e ações afirmativas são fundamentais nesse contexto, e que atacá-las prejudica a realização desse direito e seus beneficiários.

5.2 Impacto da política de permanência estudantil sobre a condição financeira dos estudantes

De acordo com Ganam e Pinezi (2021), a condição financeira aparece como primeiro obstáculo para estudantes menos favorecidos no ingresso e permanência no ensino superior. E esse cenário de busca pela sobrevivência cotidiana impacta na redução da concentração dos estudantes e do foco direcionado aos estudos. Nesse mesmo sentido, Santos e Freire (2022) apontam que as dificuldades financeiras aparecem entre os principais motivos dos estudantes abandonarem a graduação.

Consoante a Ganam e Pinezi (2021), Abreu e Ximenes (2021) perceberam nos relatos dos participantes de sua pesquisa questões de ordem financeira como principal dificuldade para a permanência na universidade. Nesse sentido, Imperatori (2017) aponta que a situação socioeconômica do discente interfere em sua trajetória acadêmica, podendo gerar a evasão escolar. Dessa maneira, a política de assistência estudantil com a concessão de bolsa constitui o principal mecanismo de enfrentamento da situação de vulnerabilidade socioeconômica e a condição para a continuidade no curso.

Ademais, segundo Abreu e Ximenes (2021) as desigualdades socioeconômicas e a sensação de estrangeirismo, como o estereótipo associado aos cotistas, geram divisões entre alunos de diferentes origens, resultando em fronteiras entre cotistas e não cotistas, ricos e pobres. Essas assimetrias são influenciadas por fatores como as cotas, a escola de origem, a situação financeira e o desempenho acadêmico. No que diz respeito à permanência acadêmica, destacam-se implicações pedagógicas relacionadas à defasagem na educação básica, ao domínio de línguas estrangeiras, à falta de tempo para estudar devido a compromissos como trabalho e maternidade, e à carência de recursos para aquisição de materiais de estudo.

Abreu e Ximenes (2021) apontam que a pobreza gera várias implicações psicossociais que afetam a permanência dos estudantes, como a falta de recursos para subsistência, a distância da moradia em relação à universidade, a necessidade de conciliar trabalho e estudo, e o acesso limitado a livros e equipamentos didáticos de qualidade. Desse modo, Scher e Oliveira (2020) também apontam que a evasão e a retenção podem estar relacionadas a questões financeiras, como a necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento de sua família ou mesmo a ausência de recursos financeiros para se manter na universidade. Embora a evasão possa ter essa relação com questões financeiras, os autores destacam que a evasão pode acontecer por outros motivos que tem potencial de interferir no processo de formação acadêmica.

Segundo Abreu e Ximenes (2021), a bolsa recebida pelos estudantes possibilita o atendimento das necessidades básicas dos estudantes, como os custos com xerox, transporte, alimentação, materiais de estudos, entre outros. Outro ponto que os mesmos autores encontraram em sua pesquisa, foi a estratégia adotada pelos estudantes de acumular a bolsa que recebem da assistência estudantil com outra bolsa remunerada de projetos de iniciação científica, por exemplo. Essa estratégia consegue aferir maior renda ao estudante ao mesmo tempo que promove engajamento nas atividades acadêmicas, agregando capital cultural (Abreu; Ximenes, 2021).

Araújo e colaboradores (2019) apontam que, mesmo com contradições, os auxílios estudantis conseguem assegurar a permanência dos estudantes nos cursos, na medida que possibilitam aos beneficiários custeio de despesas relacionadas ao ingresso no curso. Nesse sentido, Scher e Oliveira (2020) destaca que em muitas universidades as ações são voltadas para as necessidades básicas de subsistência dos estudantes que apresentam vulnerabilidade socioeconômica. Contudo, os autores apontam que para garantir a permanência e uma formação com qualidade é necessário observar múltiplos aspectos da vida acadêmica: socioeconômicos, apoio social, desempenho acadêmico acompanhamento psicopedagógico, acesso à cultura e lazer e assuntos da juventude.

Assim, Scher e Oliveira (2020) ressaltam que é necessário que a assistência estudantil abarque questões relacionadas aos processos pedagógicos e de ensino-aprendizagem e não se limite apenas a questões financeiras, uma vez que esses outros fatores podem constituir empecilhos à permanência na universidade.

5.2 Formas de ingresso nas políticas de assistência estudantil e seu efeito para a permanência na universidade

As políticas de permanência estudantil contribuem tanto para o interesse em ingressar na instituição quanto para sua permanência e conclusão no curso. Essas políticas são de fundamental importância para estudantes pertencentes a grupos menos privilegiados (Almeida *et al.*, 2024).

Ganam e Pinezi (2021) e Cespedes e colaboradores (2021) apontam que o critério de renda estabelecido para o recebimento do auxílio financeiro é de renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Essa situação de vulnerabilidade pode abranger dificuldade ou ausência no acesso a bens e serviços públicos básicos, bem como direitos sociais.

Sobre o processo para participar da assistência estudantil, Lacerda e Valentini (2018) ressaltam que no processo de avaliação e seleção dos estudantes envolve as seguintes etapas: análise socioeconômica, entrevista, visita domiciliar (quando necessária) e exame médico. A classificação final é baseada na classificação por renda per capita, considerando os critérios estabelecidos pelo serviço social em função do contexto social dos candidatos.

Segundo Cespedes e colaboradores (2021) o Pape da UNIFESP é destinado aos discentes com renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo e outras condições que caracterizem vulnerabilidades socioeconômicas com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes.

O programa de assistência estudantil, ao atender as necessidades materiais básicas e imediatas dos estudantes, minimiza a preocupação cotidiana com despesas como a moradia, transporte, alimentação e outras necessárias a manutenção no espaço acadêmico. Assim, é possível viabilizar a permanência no curso para estudantes que exerciam atividades remuneradas anterior ao curso e tiveram que abandoná-la devido a incompatibilidade com o curso (Ganam; Pinezi, 2021). Desse modo, Cespedes e colaboradores (2021) identificaram em seu estudo que a porcentagem de estudantes desistentes com renda per capita de até 1,5 salário-mínimo que recebem o auxílio da universidade é duas vezes menor quando comparado ao grupo de discentes que não recebem o auxílio da assistência estudantil.

Percebe-se que ações voltadas à assistência estudantil vão ao encontro do preconizado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, quando este, em seu parágrafo único do artigo 4º, prevê que:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e

agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010, s/n).

Dessa maneira, de acordo com Cespedes e colaboradores (2021), ao analisar a eficácia do programa de permanência estudantil por meio de indicadores acadêmicos e de desempenho, conclui-se que o programa tem alcançado seu objetivo de garantir a permanência e o aproveitamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, os autores observaram em seu estudo que os estudantes que receberam o auxílio ofertado pela universidade apresentaram um desempenho acadêmico superior em comparação com aqueles que declararam estarem na mesma faixa de renda e não receberam o benefício.

Silva, Santos e Reis (2021) concluem que os programas de ações afirmativas têm gerado democratização no acesso à universidade; todavia, faz-se necessário fortalecer o PNAES para garantir a permanência. Desse modo, os autores apontam que os programas de ações afirmativas objetivam a promoção de equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

Assim, Ganam e Pinezi (2021) encontraram em seu estudo que a possibilidade de contar com a bolsa promoveu duplamente a permanência dos universitários, uma vez que a bolsa reduzia as preocupações de ordem material e possibilitava a presença em jornada integral na universidade. Ademais, consegue-se concentrar exclusivamente nas atividades acadêmicas da universidade, o que repercute na melhor qualidade em termos formativos e possibilita a conclusão do curso mais facilmente e no tempo mínimo estabelecido (Ganam; Pinezi, 2021). Indo ao encontro dos resultados anteriores, Araújo e colaboradores (2019) encontraram em sua pesquisa, ao comparar grupos de estudantes beneficiários de assistência estudantil com grupos não beneficiários, que o grupo de beneficiário apresentou melhores taxas de permanência em todos os cursos que participaram da pesquisa.

Lacerda e Valentini (2018) apontam que as moradias estudantis compõem programas de assistência estudantil ofertada pelas instituições de ensino superior. Esses programas têm objetivo de contribuir para a melhoria do desempenho do desempenho acadêmico, por meio de ações que visam prevenir as evasões e garantir igualdade de oportunidades aos universitários que vivenciam situações de dificuldades socioeconômicas.

Nesse mesmo sentido, em pesquisa realizada por Lacerda e Valentini (2018) sobre as moradias estudantis da Universidade Federal Fluminense (UFF), encontrou-se que os estudantes residentes, em comparação com estudantes não residentes, apresentavam maior taxa de desempenho acadêmico. Assim, segundo Lacerda e Valentini (2018), apesar de o programa de moradia estudantil ter como finalidade melhorar o desempenho acadêmico, não há intervenções específicas voltadas para essa melhoria de forma direta. Assim, o impacto da

moradia estudantil no rendimento dos discentes ocorre de forma indireta e, como efeito, espera-se que o efeito estatístico seja modesto, mas com potencial de relevância prática, especialmente no contexto brasileiro, no qual os programas são voltados principalmente para estudantes de baixa renda. Além disso, em diferentes contextos sociais, a moradia estudantil tende a influenciar positivamente o desempenho acadêmico.

Ganham e Pinezi (2021) apontaram em sua pesquisa que os programas de assistência estudantil não são fundamentais somente para a permanência na universidade, mas constitui também critério para a escolha da instituição por parte do estudante. Os estudantes, ao buscarem a instituição, verificam quais são as formas de apoio disponibilizados que garantam sua permanência e possibilitem que atendam às condições materiais básicas numa mudança de cidade, por exemplo. Possibilita, também, a construção da identidade acadêmica na medida em que possibilita com que os estudantes se dediquem integralmente aos estudos e possam se engajar em projetos acadêmicos.

Além disso, Araújo e colaboradores (2019) destacam que fatores como condições sociais, econômicas e educacionais anteriores ao ingresso no curso superior tem impacto na permanência estudantil, na medida que refletem na formação do perfil do estudante e na ocupação que o discente terá na graduação. Desse modo, Ganam e Pinezi (2021) indicam que é necessário ampliar a discussão da permanência para além da questão material, de modo a abarcar uma perspectiva simbólica do estar na universidade contemplando seu sentido, interações, apropriação e afiliação estudantil. Nesse sentido, Kohls-Santos (2022) discute a importância da integração social do estudante e seu pertencimento ao espaço universitário como forma de promover à permanência estudantil. Além disso, o trabalho da autora aponta para a necessidade de os estudantes participarem da construção das políticas de permanência.

Céspedes e colaboradores (2021) concluem de seu estudo que o programa voltado à permanência estudantil é eficaz em garantir a permanência de estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica e promover o desempenho acadêmico desses estudantes. Nesse mesmo sentido, Ganam e Pinezi (2021) destacam que o acesso ao suporte financeiro é um meio essencial para a entrada na vida universitária, para continuidade no curso, bem como para o alcance da conclusão do curso. Além disso, Vargas (2011) também ressalta que assistência estudantil ao possibilitar auxílio financeiro a estudantes em vulnerabilidades socioeconômicas minimiza os efeitos da pobreza na medida que favorecem com que os estudantes possam concluir a graduação e terem melhores condições de acessar uma melhor remuneração.

Scher e Oliveira (2020) destacam que para que haja de fato uma democratização no acesso ao ensino superior é necessária uma política pública sólida e continuada direcionada à permanência e ao apoio aos estudantes. Desse modo, Santos e Freire (2022) também apontam que não basta oferta acesso ao ensino superior, é preciso ir além. Assim, o acesso deve estar acompanhado das condições necessárias para a permanência na universidade e sua conclusão do curso com êxito.

Alves e Brito (2021) ressaltam que aumentar o acesso às instituições de ensino superior sem uma política de permanência estudantil resultará no aumento da taxa de evasão. O mesmo acontece com o ingresso de grupos historicamente excluídos via ação afirmativa sem oferecer condições socioeconômicas que assegurem esses grupos para que permaneçam na instituição e trilhem sua trajetória acadêmica com qualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão realizada, nota-se que a assistência estudantil tem se expandido nos últimos anos, principalmente em instituições públicas federais com promulgação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil nas instituições públicas federais (Brasil, 2010). Conclui-se que essa política tem colhido bons resultados em termos de permanência nas universidades e formação acadêmica com qualidade. Contudo, faz-se necessário que essa política seja ampliada de modo a abarcar as instituições de ensino superior públicas estaduais, dada a relevante contribuição dessa política para a formação dos estudantes.

Denota-se que os resultados encontrados neste trabalho vão ao encontro do apontado no estudo de Maciel, Cunha Júnior e Lima (2019) quando estes discutem da necessidade de, diante da expansão do acesso ao ensino superior, haver políticas que garantam a permanência dos estudantes na universidade. Assim, diante desse contexto, faz-se de fundamental importância ampliar a política de permanência estudantil para atender a demandas de estudantes provenientes de escolas públicas, tendo em vista os desafios da integralização curricular irregular e da alta taxa de evasão.

Ao analisar o cenário das ações e programas de permanência estudantil, verifica-se sua fundamental importância para continuidade dos estudantes nos cursos de graduação, bem como para a conclusão do curso no tempo esperado. Ainda, conclui-se que essas ações e programas possibilitam a superação das vulnerabilidades socioeconômicas, na medida que o auxílio financeiro consegue atender, mesmo que minimamente, as condições básicas de sobrevivência para continuidade no curso e contribuir para a formação de acadêmica de qualidade.

Denota-se que em muitas instituições há poucas ofertas de ações direcionadas ao apoio pedagógicos dos discentes, o que se faz necessário dado o cenário de expansão de acesso ao ensino superior a grupos historicamente excluídos que apresentam outras demandas além da questão de ordem financeira. Assim, entende-se que a ampliação das políticas de permanência estudantil é essencial para que os estudantes pertencentes a segmentos populacionais historicamente excluídos do ensino superior possam se manter na universidade e realizar sua formação de forma exitosa.

Como sugestão de pesquisas futuras, sugere-se pesquisar os desafios e dificuldades dos estudantes em migração estudantil dentro do território nacional, bem como as políticas de assistência estudantil atendem as suas necessidades. Indica-se, também, pesquisar o tema da

saúde mental no âmbito educacional, sobretudo em estudantes migrantes, os quais enfrentam desafios ímpares.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. K. DE A.; XIMENES, V. M. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, v. 32, p. e200067, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200067>. Acesso em: 10 de out. de 2024
- ALMEIDA, A.M.F.; PEROSA, G.S.; LAMANA G.; MAIA, R. Metamorfoses de uma universidade: Os estudantes da USP entre 2000 e 2020. **Tempo Social [online]**. v. 36, n. 1, 2024, pp. 45-71. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.222323>. Acesso em: 10 de out. de 2024
- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In E. Mercuri & S. A. J. Polydoro (Eds.), **Estudante universitário: Características e experiências de formação**. 2003, p. 15-40. Taubaté, SP: Cabral Universitária. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12086>. Acesso em 18 de jun. de 2024.
- ALVES, D. C.; BRITO, M. L. L. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SISU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 26, n. 1, p. 24–44, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100003>. Acesso em: 10 de out. de 2024.
- ANDRADE, A. dos S.; TIRABOSCHI, G. A.; ANTUNES, N. A.; VIANA, P. V. B. A.; ZANOTO, P. A.; CURILLA, R. T. Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**36(4), 831-846. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703004142015>. Acesso em: 10 de out. de 2024
- ARAÚJO, S. A. L.; ANDRIOLA, W. B.; CAVALCANTE, S. M. A.; CHAGAS, D. M. M. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 3, p. 722–743, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772019000300009>. Acesso em: 11 de out. de 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.
- BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 01 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Casa Civil, 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 08 jul. 2024

CARMO, E. F.; CHAGAS, J. A. S.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2014, v. 95, n. 240, pp. 304-327. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/FT6FCGd3vqZGgcQNJZMzy7G/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11 jul. 2024.

CARNEIRO, L. A. V.; BRIDI, F. R. de S. Políticas Públicas de Ensino Superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158, jan./mar.2020. e-ISSN: 1982-5587. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15i1.12059>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

CARVALHO, R. R. da S. **O PNE e as universidades estaduais: características institucionais, expansão e financiamento**. 2018. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/574d9143-30cb-460b-8753-612aa07558b9/content. Acesso em: 13 jul. de 2024.

CARVALHO, R. R. da S.; OLIVEIRA, J. F. Expansão e qualidade da educação superior: um balanço das metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]**. 2022, v. 27, n. 02, pp. 227-247. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000200002>. Acesso 29 jul. 2024.

CESPEDES, J. G.; MINHOTO, M. A. P.; OLIVEIRA, S. C. P.; ROSA, A. S. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 1067–1091, out. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

CUNHA, J. K. A.; OLIVEIRA, B. R. de; FERNANDES, N. R. Assistência estudantil na educação superior: A trajetória do programa nacional de assistência estudantil na Universidade Federal de Ouro Preto. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 16, n. 35, p. e18808, 2023. DOI: 10.20952/revtee.v16i35.18808. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/18808>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DUDH. [Declaração Universal dos Direitos Humanos]. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FERRAZ, M. F.; PEREIRA, A. S. A dinâmica da personalidade e o homesickness (saudades de casa) dos jovens estudantes universitários. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 149-164, 2002. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862002000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2024.

GANAM, E. A. S.; PINEZI, A. K. M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, p. e228757, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285–303, maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acesso em: 15 de out. de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2022: divulgação dos resultados**. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 1 out. 2024

KOHL-SANTOS, P. Permanência estudantil e sucesso acadêmico: a voz dos atores. **Educação. Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e-43977, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2022.1.43977>. Acesso em: 13 de out. de 2024.

LI, D. L. **O novo Enem e a plataforma Sisu: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: doi: 10.11606/D.12.2016.tde-23112016-094256. Acesso em: 27 jul. de 2024

LACERDA, I. P.; VALENTINI, F. Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, p. 413–423, maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018022524>. Acesso em: 12 de out. de 2024.

LADEIRA, M. R. A.; SANTOS, M. F.; BARBOSA, A. de S.; SOARES, N. O estudante que migra: impactos da expansão do ensino superior público federal. III Congresso Internacional De Política Social E Serviço Social: Desafios Contemporâneos. IV Seminário Nacional De Território e Gestão de Políticas Sociais. **III Congresso De Direito À Cidade E Justiça Ambiental**. Londrina PR, de 02 a 05 de julho de 2019. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3314>. Acesso em: 10 out. de 2024.

MACIEL, C. E.; CUNHA JÚNIOR, M.; LIMA, T. da S. A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e198669, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945198669>. Acesso em: 13 de out. de 2024.

SANTOS, K. C. Políticas educacionais dos anos 2000 e migração estudantil - uma análise dos impactos psicossociais do deslocamento para fins acadêmicos. **X Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 16 a 19 de nov. 2021, Ambiente Virtual. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_422_42261035926e7fff.pdf. Acesso em 05 de jul. de 2024.

SANTOS, S. M.; FREIRE, R. S. Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 2, p. 260–280, maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000200004>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

SCHER, A. J.; OLIVEIRA, E. M. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 1, p. 5–26, jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100002>. Acesso em: 12 de out. de 2024.

SILVA, A G. Investigando o acesso no ensino superior em contextos de políticas públicas: o ENEM, o SISU, e a migração estudantil na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Civilização ou Barbárie: o futuro da humanidade. **IX jornada internacional de políticas públicas**, 20 a 23 de agosto de 2019. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1030_10305cca5673c1664.pdf. Acesso em: 10 out. de 2024.

SILVA, A. G.; PESSANHA, J. S.; COSTA, M. B. Políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior público brasileiro: o caso da UFRJ. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 5, n.9, p.220-244, jul./dez. 2018. ISSN: 2359-3296. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32682>. Acesso em: 10 jul. de 2024.

SILVA, N. N.; SANTOS, A. P.; REIS, J. M. S. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e254841, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.254841>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

SOARES, P. S.; AMARAL, C. A. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. e238181, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248238181>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

SOBRAL, E. Angústias frente a experiência na Universidade Pública. In (Orgs): VERAS, M.; MONTEIRO, L. P.; HENRIQUES, R. P. **Escutas do indizível: a urgência subjetiva dos universitários**. Salvador: EDUFBA, 2024. p. 293-295.

VARGAS, M. L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 1, p. 149–163, mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000100008>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

